

ESTRUTURA DO PROJETO DE PESQUISA

1. Título:

Políticas públicas voltadas à agricultura familiar: análise do Programa de Apoio a Projetos de infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (Proinf/ SDT/MDA) em âmbito do Território Alto Paraguai

2. Área (s)/Linha (s) de Pesquisa contempladas (homologadas no CONEPE):

Ciências Agrárias » Agronomia » Extensão Rural

3. Resumo (no máximo 300 palavras):

O surgimento de políticas públicas voltadas à agricultura familiar são reações por parte do Estado, das atuações e reivindicações dos movimentos sociais e sindicais. Entre as políticas públicas que se destinam a essas mudanças e transformações pelas quais passa o meio rural brasileiro, se destaca a Ação de Apoio o Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF), cujo objetivo principal é viabilizar a estruturação e/ou qualificação de serviços públicos locais, territoriais ou estaduais para a produção, armazenamento, transporte, comercialização e inspeção sanitária de produtos da agricultura familiar de municípios localizados em Territórios Rurais. A proposta desse projeto é analisar o PROINF no âmbito do Território Alto Paraguai em Mato Grosso e sua contribuição para o fortalecimento da agricultura familiar e redução da pobreza no campo, aplicando métodos qualitativos e quantitativos (modelos econométricos) para comparar municípios que acessaram e municípios que não acessaram tal programa. O Território do Alto Paraguai possui um baixo índice de IDH e é composto por 14 (quatorze) municípios, sendo que 6 (seis) deles não receberam recursos do PROINF, e ainda apenas quatro municípios acumulam mais de 85% dos recursos destinados a esse território. Diante das disparidades apresentadas, faz-se mister realizar um diagnóstico sobre a relação da situação sócio-econômica desses municípios e o grau e acesso ao PROINF, no sentido de subsidiar políticas públicas

voltadas às dinâmicas territoriais da agricultura familiar.

4. Palavras chave (no mínimo 3; no máximo 5):

Geração de trabalho e renda, indicadores sócio-econômicos, inclusão produtiva

5. Introdução:

A Ação de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF) é uma das políticas territoriais do Governo Federal, cujo objetivo principal é viabilizar a estruturação e/ou qualificação de serviços públicos locais, territoriais ou estaduais para a produção, armazenamento, transporte, comercialização e inspeção sanitária de produtos da agricultura familiar de municípios localizados em Territórios Rurais. A proposta desse projeto é analisar o PROINF no âmbito do Território Alto Paraguai em Mato Grosso e sua contribuição para o fortalecimento da agricultura familiar e redução da pobreza no campo, aplicando métodos qualitativos e quantitativos (modelos econométricos) para comparar municípios que acessaram e municípios que não acessaram tal programa.

Tem o objetivo de Analisar o Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios (Proinf) da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA) no âmbito do Território Alto Paraguai e sua contribuição para o fortalecimento da agricultura familiar.

A unidade de análise da pesquisa serão municípios pertencentes ao Território do Alto Paraguai. As unidades de informação, por sua vez, contemplarão as prefeituras e suas secretarias, especialmente a de agricultura e a de convênios; bancos; presidentes dos CMDRS; Colegiado Territorial (núcleos diretivo e técnico); Movimentos Sociais do campo; Sindicatos de Trabalhadores Rurais; amostra de agricultores beneficiados pelos projetos, entre outros. Segundo Bryman (1989) existem basicamente duas abordagens de pesquisa: qualitativa ou quantitativa. A abordagem qualitativa se

caracteriza por ser de interpretação do objeto de estudo, necessitando de uma atenção mais aprofundada do contexto a ser analisado. A abordagem quantitativa, por sua vez, visa obter dados que condizem com o que o pesquisador viu na teoria e pretende identificar no objeto de estudo, sendo a forma de coleta de dados já definida com raras exceções de alteração, com presença de análise estatística do processo. Diante do que se apresenta, a pesquisa em questão se caracteriza como abordagem mista, pois possui viés quantitativo e qualitativo.

Espera-se elaborar Relatório da composição, funcionamento e dinâmica geral do CODETER/Território Alto Paraguai; Banco de dados sobre as políticas públicas do Território Alto Paraguai; Diagnóstico das características, demandas, estágio atual e resultados dos projetos aprovados pelo PROINF no Território Alto Paraguai.

6. Objetivos Gerais:

Analisar o Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios (Proinf) da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA) no âmbito do Território Alto Paraguai e sua contribuição para o fortalecimento da agricultura familiar.

7. Objetivos Específicos:

- Pesquisar sobre a composição, funcionamento, agenda e a dinâmica geral do CODETER/Território Alto Paraguai;
- Realizar levantamento de dados sobre as políticas públicas efetivadas no território Alto Paraguai comparando-as com as previstas no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável(PTDRS);
- Identificar e caracterizar os projetos apoiados no âmbito do PROINF no Território Alto Paraguai, observando como surgem essas demandas, seu estágio atual e os resultados obtidos, tanto do ponto de vista dos gestores (presidentes de cooperativa/associações beneficiadas) quanto dos agricultores familiares beneficiados;
- Identificar as dificuldades e os entraves percebidos pelos gestores – dos setores de convênio das prefeituras e secretarias municipais vinculadas, das superintendências regionais da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil e dos órgãos de fiscalização de normas sanitárias e ambientais (Indea, Sema);
- Avaliar indicadores de

desenvolvimento para verificar se os projetos apoiados em âmbito do Proinf contribuíram para geração de trabalho e renda e redução da pobreza rural

8. Justificativa:

A Ação de Apoio o Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF) é uma das políticas territoriais do Governo Federal, cujo objetivo principal é viabilizar a estruturação e/ou qualificação de serviços públicos locais, territoriais ou estaduais para a produção, armazenamento, transporte, comercialização e inspeção sanitária de produtos da agricultura familiar de municípios localizados em Territórios Rurais. A proposta desse projeto é analisar o PROINF no âmbito do Território Alto Paraguai em Mato Grosso e sua contribuição para o fortalecimento da agricultura familiar e redução da pobreza no campo, aplicando métodos qualitativos e quantitativos (modelos econométricos) para comparar municípios que acessaram e municípios que não acessaram tal programa.

9. Resultados Esperados:

Relatório da composição, funcionamento e dinâmica geral do CODETER/Território Alto Paraguai; Banco de dados sobre as políticas públicas do Território Alto Paraguai; Diagnóstico das características, demandas, estágio atual e resultados dos projetos aprovados pelo PROINF no Território Alto Paraguai; Diagnóstico das dificuldades e entraves dos setores de convênio das prefeituras e secretarias municipais vinculadas, das superintendências regionais da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil e dos órgãos de fiscalização de normas sanitárias e ambientais (Indea, Sema); Avaliação econométrica dos indicadores de desenvolvimento dos municípios participantes e não participantes do PROINF; Benchmarking do Projeto do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial dos Territórios de Andradina e do Noroeste Paulista da UNESP de Ilha solteira; Realização de um Workshop sobre as dinâmicas territoriais com a participação de todos os territórios do Estado de Mato Grosso; Artigos científicos, monografias e dissertações de mestrado.

10. Hipóteses ou Questões Problemas:

--

11. Materiais e Métodos:

A unidade de análise da pesquisa serão municípios pertencentes ao Território do Alto Paraguai. As unidades de informação, por sua vez, contemplarão as prefeituras e suas secretarias, especialmente a de agricultura e a de convênios; bancos; presidentes dos CMDRS; Colegiado Territorial (núcleos diretivo e técnico); Movimentos Sociais do campo; Sindicatos de Trabalhadores Rurais; amostra de agricultores beneficiados pelos projetos, entre outros. Segundo Bryman (1989) existem basicamente duas abordagens de pesquisa: qualitativa ou quantitativa. A abordagem qualitativa se caracteriza por ser de interpretação do objeto de estudo, necessitando de uma atenção mais aprofundada do contexto a ser analisado. A abordagem quantitativa, por sua vez, visa obter dados que condizem com o que o pesquisador viu na teoria e pretende identificar no objeto de estudo, sendo a forma de coleta de dados já definida com raras exceções de alteração, com presença de análise estatística do processo. Diante do que se apresenta, a pesquisa em questão se caracteriza como abordagem mista, pois possui viés quantitativo e qualitativo. Pelo viés quantitativo, serão analisados dados secundários do IBGE referentes ao período de 2010 a 2016, quanto aos indicadores de desenvolvimento, aplicando a técnica econométrica de Propensity Score Matching para comparar municípios participantes e não participantes antes e depois da Proinf. Essa técnica é geralmente usada para avaliação de impactos de políticas públicas. O problema central na avaliação de impacto é a inferência de uma conexão causal entre o tratamento (a participação em um determinado programa) e o efeito (CAMERON; TRIVEDI, 2005). A relevância das avaliações de impacto é direta, pois seus efeitos podem ser associados a programas sociais ou melhorias em programas existentes a fim de se atingir os objetivos da política social, no caso desse projeto, o Proinf. O pareamento é um método amplamente utilizado na literatura de avaliação, tornando-se popular na estimativa de efeitos causais de tratamento. No presente estudo, tal método

será empregado para avaliar os efeitos da participação do Proinf sobre a melhoria de índices sócio-econômicos de municípios que obtiveram recursos para esse tipo de investimento. O objetivo do pareamento é encontrar um grupo de comparação ideal em relação ao grupo de tratamento a partir de uma amostra de não-participantes. Em seguida, estimar-se-ão os efeitos do tratamento por meio da diferença entre os resultados médios dos grupos. O grupo de comparação será emparelhado ao grupo de tratamento através de uma série de características observáveis ou por meio do propensity score (escore de propensão ou probabilidade predita de participação). Utilizando a terminologia de Heckman, Ichimura e Todd (1998), o status de tratamento de um indivíduo será representado através de uma variável dummy D que possui valor igual a 1, se o indivíduo participa do Proinf, e valor 0, caso ele não participe. Representemos ainda por Y_{1i} o valor da variável de interesse para o indivíduo i , caso ele esteja sujeito ao tratamento (1), e Y_{0i} o valor da mesma variável, caso este indivíduo esteja exposto ao controle (0). Pelo viés qualitativo, o método de pesquisa pode ser considerado um estudo de caso, pois investiga um determinado assunto em um locus particular, o Território do Alto Paraguai. De acordo com Yin (2010), o estudo de caso visa obter conhecimento de fenômenos individuais, de grupos, ambiente organizacional, aspectos sociais, dentre outros. Segundo o autor, a tendência do estudo de caso é tentar esclarecer decisões a serem tomadas. Gil (2008) esclarece que esse tipo de pesquisa, quando relacionada aos objetivos, possui as características exploratórias e descritivas. No caso da exploratória, por realizar um estudo preliminar do principal objetivo da pesquisa e familiarizar-se com o fenômeno que está sendo investigado. Em relação à pesquisa descritiva, sua afinidade se dá na medida em que descreve e relaciona as políticas públicas, em especial o Proinf, e sua relação com os possíveis beneficiários – os agricultores familiares, ligados ao Território do Alto Paraguai. Do ponto de vista dos procedimentos, Gil (2008) sugere que a pesquisa documental corresponde a uma alternativa importante para a investigação, se diferenciando da bibliográfica pela natureza das fontes, pois esta forma vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Essa pesquisa se valerá desse procedimento, pois analisará vários relatórios e fontes existentes dos setores de

convênio das prefeituras e secretarias municipais vinculadas, das superintendências regionais da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil e dos órgãos de fiscalização de normas sanitárias e ambientais (Indea, Sema), a fim de perceber os entraves para obtenção do Proinf. Além disso, a pesquisa documental visará identificar e caracterizar os projetos apoiados no âmbito do PROINF no Território Alto Paraguai Para Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Esse procedimento será adotado para construção do Relatório do Projeto, bem como de artigos, monografias e dissertações, que serão produtos desse projeto. Como técnica de coleta, aplicar-se-ão entrevistas semiestruturadas para compreender a composição, funcionamento, agenda e a dinâmica geral do CODETER/Território Alto Paraguai; realizar levantamento de dados sobre as políticas públicas efetivadas no território Alto Paraguai, com os gestores (presidentes de cooperativa/associações beneficiadas)

FAPEMAT - Projeto - 5 de 17

e os agricultores familiares beneficiados; analisar dentre os municípios que não obtiveram êxito na aprovação de projetos pelo Proinf os principais motivos e os possíveis impactos sócio-econômicos da ausência desses investimentos.

Também será realizado Workshop sobre as dinâmicas territoriais com a participação de todos os territórios do Estado de Mato Grosso para debater e avaliar as políticas públicas de geração de trabalho e renda e de combate a pobreza e a desigualdade rural, a partir de expertise e know-how de instituições parceiras que contribuam para o fortalecimento da agricultura familiar. Posteriormente, os pesquisadores partirão para a técnica de observação sistemática ou planejada que se caracteriza pelo contato direto com o objeto de estudo, definindo o espaço e o tempo de observação a fim de averiguar se o planejado estava de acordo com o real (GIL, 2008). A observação ocorrerá durante o período de entrevistas e pesquisa documental como forma de complementar a busca pelas informações necessárias. Essa técnica também será útil para analisar a experiência do Projeto do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial dos Territórios de Andradina e do Noroeste Paulista da UNESP de Ilha solteira a fim de aprimorar os processos, as dinâmicas e as metodologias existentes no Território do Alto Paraguai em um processo de transferência tecnológica.

12. Referencial Teórico:

Lamarche (1997) define o espaço da exploração familiar como correspondente à unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho são intimamente ligados à família, unidade produtiva esta que recobre situações extremamente variadas, diferentes e assemelhadas, ou seja, as explorações familiares constituem-se em um grupo social não homogêneo, mas contam com uma excepcional capacidade de adaptação. Buainain e Romeiro (2000) especificam que o universo de agricultores familiares não é homogêneo nos aspectos econômico, social e cultural e, assim, eles não formam uma categoria estanque, imóvel e isolada. Carneiro (1999), de modo semelhante, vê como agricultura familiar uma unidade de produção em que estejam intimamente relacionados: trabalho, terra e família. E Wanderley (2001) entende por agricultura familiar, aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo, havendo, desta forma, uma estrutura produtiva que associa família-produção-trabalho com consequências no modo como esta age econômica e socialmente, já que a expectativa é de que todo o investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção pela geração atual possa vir a ser transmitido à geração seguinte, garantindo-se assim a sobrevivência imediata bem como a reprodução das gerações subsequentes. A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no ano de 1996, definem a agricultura familiar com base em três características principais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nesta realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; e c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva. O conceito de agricultor familiar combina critérios tais como: tamanho da propriedade, predominância familiar da mão de obra e gestão familiar da unidade produtiva, bem como percentual mínimo de renda familiar provindo da unidade produtiva, conforme estabelece a Lei 11.326/2006 (BRASIL,

2006).

Políticas Públicas para a Agricultura Familiar

No Brasil, em meados da década de 1990, emergiram políticas públicas voltadas à construção de novas vias de desenvolvimento, atreladas, por sua vez, à agricultura familiar (DIAS et al., 2013). Grosso modo, entendemos como política pública aquilo que, em democracias estáveis, são ações que um governo faz ou deixa de fazer, em outras palavras, política pública é “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação, e quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessa ação. As políticas públicas, após serem desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistemas de informação e pesquisas, que podem ter impactos no curto, médio ou longo prazo (SOUZA, 2006, p. 26). Para Leite (2001), o surgimento de políticas públicas voltadas à agricultura familiar são reações por parte do Estado, das atuações e reivindicações dos movimentos sociais e sindicais. Entre as políticas públicas que se destinam a essas mudanças e transformações pelas quais passa o meio rural brasileiro, em especial o segmento da agricultura familiar, pode-se citar, por similitudes, algumas delas: 1) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) e Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), programas que atuam de forma direta e/ou indireta no âmbito da produção agropecuária, e que procuram adaptar para a agricultura familiar instrumentos de políticas agrícolas existentes desde 1960 para outros segmentos do rural; 2) Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), voltado a políticas articuladas entre Estado e sociedade civil de segurança alimentar e nutricional, interligadas a questões de produção e comercialização agropecuária; 3) Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), que busca atuar de forma intersetorial e multidimensional em ações estratégicas voltadas ao desenvolvimento rural; e 4) Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), que trata do viver e conviver com maior dignidade no meio rural (GRISA; SCHNEIDER, 2015). Delgado (2001, p. 26) quando retrata a atuação do Estado por meio de “políticas ou programas diferenciados de desenvolvimento rural”, direcionadas a segmentos mais

empobrecidos e não integrados à modernização produtiva, comenta que estas políticas ou programas em princípio devem procurar levar em conta a especificidade destes segmentos, e a necessidade que sejam desenhados de modo a atender às particularidades destes. Maia e Ferrante (2014) consideram, todavia, que as políticas públicas para a agricultura familiar, ainda que demonstrem avanços significativos, carecem de conexões mais eficazes entre si, em especial em favor do desenvolvimento do seu público-alvo. Em acréscimo, temos Aguiar e Fonseca (2014), os quais comentam que, apesar de haver uma evolução quanto às políticas públicas no meio rural brasileiro, são também enormes os desafios enfrentados para a sua implementação, fiscalização e sustentação. O desenvolvimento de territórios segundo Favaretto (2010, p.308) é o resultado de determinadas formas de coordenação capazes de fazer convergir os benefícios privados e sociais, tanto no que se refere à organização da produção e da distribuição de bens individuais, como para garantir que os resultados do desenvolvimento sejam repartidos de maneira mais equânime. Maluf e Bonnal (2009) destacam que o reconhecimento dos múltiplos papéis da agricultura e a abordagem territorial das políticas públicas expressam preocupações com questões de equidade social e sustentabilidade ambiental, além de serem portadoras de novos olhares temáticos sobre a atividade agrícola e o mundo rural, o inclui as relações de gênero e geracionais, e a perspectiva agroecológica. As políticas territoriais atuais, ainda segundo Maluf e Bonnal (2009) apresentam cinco lógicas principais que se manifestam isoladamente ou de forma combinada nos diferentes programas públicos: dinamização das atividades econômicas; implementação de infraestrutura física; gestão de recursos naturais; construção e/ou promoção de identidades; aperfeiçoamento da governança. Uma das políticas territoriais fomentadas recentemente pelo Governo Federal é a Ação de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF). De acordo com o Manual PROINF (2015), seu objeto principal é viabilizar a estruturação e/ou qualificação de serviços públicos locais, territoriais ou estaduais para a produção, armazenamento, transporte, comercialização e inspeção sanitária de produtos da agricultura familiar de municípios localizados em Territórios Rurais. Essa política tem contribuído para a qualificação de processos produtivos e econômicos da agricultura familiar nos Territórios Rurais.

Parcerias com estados, municípios e participação da sociedade têm apoiado a aquisição de equipamentos e a construção de infraestrutura para a produção, beneficiamento, escoamento e comercialização de produtos da agricultura familiar. Estes resultados posicionam o PROINF como importante instrumento indutor dos processos de inclusão produtiva, de geração de trabalho e renda e de autonomia econômica de famílias e empreendimentos da agricultura familiar nos Territórios Rurais. Em Mato Grosso, 6 (seis) territórios perfazem as regiões, contemplando os municípios do estado, são eles: Baixada Cuiabana, Baixo Araguaia, Portal da Amazônia, Grande Cáceres, Alto Paraguai e Noroeste. O Território do Alto Paraguai, segundo o Sistema de Informações Territoriais (SIT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a área dos 14 municípios componentes do Território Alto Paraguai é de 65869 km² com uma população estimada em 249.303 habitantes (84,03% urbana) sendo 14330 pessoas ocupadas na agricultura familiar (Figura 1).(BRASIL, 2016) Entre 2003 a 2015, PROINF investiu R\$ 1.985.432.086,78; com destaque para os estados da Bahia, RS com 15,4% e 12,13%, respectivamente. Enquanto regiões o destaque fica com a NE e Sul com 37,92% e 27,13%, respectivamente. Quanto à natureza temos 82,86% destinados a investimento. Quanto a modalidade temos como proponente os municípios e os estados com participação de 56,01% e 27,93%, respectivamente. Apenas 0,33% encaminhados por consórcios públicos. Quanto situação das obras, temos que 55,28% estão concluídas. Em relação ao território Alto Paraguai os projetos beneficiados alcançam a cifra de R\$ 3.186.448,86, sendo em sua maioria relacionadas à cadeia produtiva do leite (42 resfriadores, 3 mini-laticínios, 1 fábrica de ração); da mandioca (9 farinhas)e frutas (5 estruturas de processamento), ocorrendo ainda investimentos nas cadeias produtivas do mel, cana-de-açúcar e cereais. Seis dos quatorze municípios componentes do Território Alto Paraguai não receberam recursos para seus projetos, os demais tiveram a seguinte participação: Barra do Bugres 25%; Campo Novo do Parecis 15,7%; Arenópolis 15,6%; Diamantino 14,8%; Nortelândia 14%. Tangará da Serra, São José do Rio Claro e Nova Olímpia acumulam 5,8%; 4,9% e 4,15% respectivamente. Ou seja, quatro municípios acumulam mais de 85% dos recursos destinados ao território Alto Paraguai. Esses quatro municípios com maior participação, associados a mais dois que não participaram (Santo Afonso e Porto

Estrela), serão objetos de análise dessa pesquisa. Os municípios a serem estudados contam com aproximadamente 2.457 famílias na agricultura familiar (sendo 1587 famílias assentadas); registra-se a presença de 45 famílias quilombolas, 6 terras indígenas e outros 162 pescadores.

13. Cronograma de Atividades:

(ANEXO PROJETO ORIGINAL)

14. Referências Bibliográficas (Conforme Normas da ABNT):

ABADIE, A.; IMBENS, G. Matching on the estimated propensity score. 2012.

BRASIL. Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, Brasília, 25 de julho de 2006. 2006. Disponível <[http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_12_07_17_25_57_livreto_paa_correta.p](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_12_07_17_25_57_livreto_paa_correta.pdf)> Acesso em: 13 jun. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Sistema de Informações Territoriais. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/>. Acesso em 06 de set. de 2016.

BRYMAN, Alan. Research methods and organization studies. London: Unwin Hyman, London, 1988. 283 p.

CAMERON, A. C.; TRIVEDI, P. K. Microeconometrics: methods and applications. New York: Cambridge University Press, 2005

FAPEMAT - Projeto - 6 de 17

CODETER ALTO PARAGUAI. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável. Cuiabá, 2007. 75p.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R. A agricultura familiar no Brasil: agricultura familiar e sistema de produção. Campinas: FAO/INCRA, 2000. 58 p.

CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias políticas. In: COSTA, L. F. MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. (Orgs.). Mundo rural e tempo presente. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

323-344.

DELGADO, N. G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S. P. (Org.) Políticas públicas e a agricultura no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. p. 15-52.

DIAS, T. F.; NUNES, E. M.; TORRES, F. L.; TORRES, A. C. M. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) como estratégia de inserção socioeconômica: o caso do Território Cidadania Sertão do Apodi (RN). Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, Taubaté, v. 9, n.3, p. 100-129, 2013. Disponível <<http://www.rbhdr.net/revista/index.php/rbhdr/article/view/1127/347>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

FAVARETTO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional “inovação por adição?” Estudos Avançados, v.24, n.68, São Paulo: USP, 2010.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015. 624 p.

HECKMAN, J. J., ICHIMURA, H.; TODD, P. Matching as an econometric evaluation estimator. review of economic studies, 261-294, 1998.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico. Brasília, DF, 1996.

LAMARCHE, H. (Coord.). A agricultura familiar: comparação internacional. Campinas: Editora Unicamp, 1997.

LEITE, S. P. (Org.) Políticas públicas e a agricultura no Brasil. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2001.

MAIA, P. O.; FERRANTE, V. L. B. S. PAA em assentamentos rurais: novos modos de vida? Retratos de Assentamentos, Araraquara, n.1, v.17, p. 245-260, 2014. Disponível <<http://www.uniara.com.br/arquivos/file/nupedor/revistas-retratos/Retratos-v17-n1-2014/conteudo.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

MALUF, R.S.; BONNAL, P. Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. In: CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: MAUAD X, 2009, p.71-100.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.) Agricultura familiar: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 2001. p. 21-55.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. -4.ed.- Porto Alegre: Brookman, 2010.

15. Orçamento (ANEXO PROJETO ORIGINAL)

15.1 Material de Consumo

Especificação	Qtde.	Valor Unitário	Valor Total
Total			

15.2 Equipamentos e Material Permanente

Especificação	Qtde.	Valor Unitário	Valor Total
Total			

15.3 Serviços de Terceiros – Pessoa Física e Pessoa Jurídica

Especificação	Qtde.	Valor Unitário	Valor Total
Total			

15.4 Fontes de Recursos

Discriminação	UNEMAT (Campi e/ou Depto)	Outra fonte	Total
Material de Consumo			
Equipamentos e Material Permanente			
Serviços de Terceiros e Encargos Diversos			
Total			

15.5 Cronograma de Desembolso

Elementos de Despesas/Fontes de Recursos	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Total
UNEMAT (Campi e/ou Depto)				
Material de Consumo				
Equipamentos e Material Permanente				

Serviços de Terceiros e Encargos Diversos				
<i>Sub-total</i>				
Outras fontes				
Material de Consumo				
Equipamentos e Material Permanente				
Serviços de Terceiros e Encargos Diversos				
<i>Sub-total</i>				
TOTAL				